

A esperança do não alinhamento

SOCIEDADE BREVE
Boaventura de Sousa Santos



Em de Abril de 1955, reuniram-se em Bandung (Indonésia) 29 países de África e Ásia, que ao tempo representavam 54% da população mundial. O objetivo da reunião era promover a cooperação entre estes países e lutar contra o colonialismo e o neocolonialismo. A importância desta reunião residiu no facto de ter sido o primeiro encontro internacional “não europeu”, isto é, de países de “populações de cor”, como nessa altura se dizia. Desta reunião surgiu o Movimento dos Não Alinhados (MNA), formalmente constituído em 1961 em Belgrado (Jugoslávia), por iniciativa de Tito (Jugoslávia), Nasser (Egito), Nehru (Índia), Nkrumah (Gana) e Sukarno (Indonésia). O lema do movimento era a possibilidade de um caminho para o desenvolvimento relativamente independente, quer do modelo capitalista, quer do modelo soviético.

O MNA foi importante para o desenvolvimento dos países e para as lutas de libertação contra o colonialismo europeu. O contexto era a Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética e os cinco princípios de coexistência pacífica aprovados pelo movimento são disso expressão: 1) respeito mútuo da integridade territorial e da soberania nacional; 2) não-agressão; 3) não interferência na política interna; 4) igualdade e benefício mútuo; 5) coexistência pacífica.

Tratava-se de países (alguns ainda colónias na transição para a independência) então considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com pouco peso na economia global, e cujas aspirações de desenvolvimento eram ignoradas pelos países desenvolvidos (o Ocidente), quando não ativamente hostilizadas e reprimidas. Ao contrário, a União Soviética e a China sempre estiveram mais próximos do MNA. Talvez a maior diferença ideológica entre o Ocidente e o MNA se possa resumir no seguinte: enquanto o Ocidente insistia na democracia interna, e sobretudo na liberdade económica (capitalismo), os Não Alinhados insistiam na democracia nas relações internacio-



Movimento dos Não Alinhados Aquando da sua criação (da esq^a para a dt^a), Nasser, Nehru e Tito, três dos principais fundadores e dirigentes

nais de modo a poderem prosseguir caminhos autónomos de desenvolvimento.

O MNA sofreu todas as vicissitudes da evolução da Guerra Fria e de algum modo entrou em crise existencial com o fim desta, em 1991, ao mesmo tempo que o seu objetivo inicial (um sistema global mais equitativo e democrático) se tornava cada vez mais premente. As diferenças internas, que eram visíveis desde o início, acentuaram-se e o alinhamento com um dos blocos foi por vezes gritante (os casos de Cuba com a União Soviética e da Indonésia pós-Sukarno com os EUA, de que Timor Leste guarda uma memória bem amarga).

Um dos momentos altos do MNA foi a proposta formulada em 1974 de um ambicioso programa - a “Nova Ordem Económica Internacional” - uma proposta que foi prontamente rejeitada pelas potências ocidentais. A partir de 1980, o neoliberalismo global acabou por neutralizar totalmente o MNA e as relações internacionais tornaram-se cada vez mais desiguais.

Em termos geoestratégicos, a rivalidade é entre um mundo unipolar dominado pelos EUA e um mundo multipolar em que diferentes centros de poder económico disputam a hegemonia

As organizações económicas internacionais de um mundo multipolar têm vindo a fortalecer-se e a diversificar-se. É o caso da Organização de Cooperação de Shanghai e dos BRICS

UM NOVO MOVIMENTO DOS NÃO ALINHADOS? O MNA original não incluiu o s países da América Latina, com exceção de Cuba. Para além das diferenças históricas entre a América Latina e a África e a Ásia, os países latino-americanos sempre tiveram de conviver com o peso da influência dos EUA. A partir dos anos de 1970 o neoliberalismo global golpeou as suas aspirações de desenvolvimento, justiça social e democracia tal como aconteceu no resto do mundo. Com isto, foi-se criando na América Latina a disponibilidade para uma maior autonomia regional, o que se veio a concretizar com a constituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008 e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010.

Dada a intensificação da globalização neoliberal, a cooperação regional foi suscitando a necessidade de uma cooperação que garantisse mais autonomia aos países em desenvolvimento em relação às receitas do neoliberalismo que, num mundo pós-guerra fria, respondiam exclusivamente aos interesses

Muitos dos países que se opõem a seguir os diktats do Ocidente não são anti-ocidentais, não são pró-russos e até condenaram a invasão da Ucrânia. Recusam-se apenas a dividir o mundo entre os bons e os maus, desejam o fim da guerra e são pragmáticos, zelando pelos seus interesses nacionais. É esse o caso do Brasil e da Índia

dos países capitalistas da Europa e da América do Norte. A concretização mais importante dessa necessidade foi a criação dos BRICS em 2009, tendo o Brasil como um dos membros fundadores. Os BRICS são uma aliança entre países grandes de desenvolvimento intermédio (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com o objetivo de transformar poder económico em maior influência geopolítica. Estaremos perante um novo movimento de não-alinhamento? Com a guerra da Ucrânia intensificou-se a ideia da necessidade de um tal movimento.

O contexto é hoje muito diferente do de 1955, por duas razões principais. Primeiro, a polarização de então era entre dois modelos rivais de desenvolvimento, o modelo socialista soviético e o modelo capitalista. Esta polarização desapareceu e foi substituída por uma rivalidade entre diferentes países capitalistas com pretensões a dominarem em proveito próprio a economia global capitalista, ou seja, a rivalidade entre os EUA, país capitalista hegemónico no plano financeiro e militar, e a China, já hoje a primeira potência comercial, e seus aliados. Esta caracterização assenta na ideia, não consensual, de que o sistema económico promovido pela China é um sistema capitalista de tipo diferente do

que caracteriza o modelo norte-americano. Trata-se da rivalidade entre o capitalismo de Estado e o capitalismo das empresas multinacionais.

O não alinhamento não significa agora equidistância em relação a dois modelos económicos radicalmente diferentes. Significa equidistância entre as exigências de lealdade (submissão) incondicional impostas pelos EUA, nomeadamente na aplicação de sanções à Rússia, e ratificação da invasão ilegal da Ucrânia por parte da Rússia. Traduz-se, por exemplo, no facto de a grande maioria dos países com assento na ONU condenarem a invasão da Rússia e ao mesmo tempo recusarem-se a aplicar sanções económicas à Rússia.

OS BRICS SÃO O EXEMPLO MAIS CONSISTENTE do não alinhamento neste novo sentido. Em termos geoestratégicos, a rivalidade é entre um mundo unipolar dominado pelos EUA e um mundo multipolar em que diferentes centros de poder económico disputam a hegemonia. Os EUA e seus aliados definem a rivalidade em termos políticos, entre as democracias (nós) e as autocracias (eles), mas a realidade é outra. Afinal, três democracias fazem parte dos BRICS (Índia, Brasil e África do Sul) e se países como a Argentina e o México vierem a aderir aos BRICS, a componente democrática sairá reforçada.

Por outro lado, haveria que especificar o que se entende por autocracia. A China é um país de partido único, mas a Rússia não. O termo autocracia transformou-se numa arma de arremesso contra os governos dos países que não alinham incondicionalmente com as (im)posições dos EUA. Por outro lado, se as democracias se dispõem a usar como arma política de guerra o sistema SWIFT de transferências internacionais e a sabotar com um ato de terrorismo os gasodutos Nord Stream, talvez seja de perguntar onde está a distinção entre democracias e autocracias na política internacional.

A segunda diferença entre 1955 e hoje é que os países que disputam hoje a hegemonia incondicional dos EUA não são nem pobres nem estrategicamente insignificantes. Os sinais são convincentes. O objetivo das sanções - "as mais duras da história", segundo Joe Biden - era reduzir o rublo (a moeda russa) a lixo ("the ruble will be reduced to rubble", Biden *dixit*) e enfraquecer a Rússia. O número de sanções impressiona, 14.081 (o país a seguir mais sancionado é o Irão com 4.171 sanções). No entanto, ao contrário do que se pretendia, o rublo fortaleceu-se, a economia Russa cresceu mais que anteriormente e a grande maioria dos países do mundo (representando 87% da população global) recusa-se a aplicar as sanções à Rússia. Por outro lado, a confiança no dólar tem vindo a diminuir.

Acresce que as organizações económicas internacionais fora do controle dos EUA e orientadas pela ideia de um mundo multipolar têm vindo a fortalecer-se e a diversificar-se. É o caso da Organização de Cooperação de Shanghai e dos BRICS, estes últimos com 12 países candidatos, entre os quais: Indonésia, México, Argentina, Turquia, Egito, Irão e Arábia Saudita. Para já não mencionar a Iniciativa do Cinturão e Rota da China, o mais ambicioso projeto de desenvolvimento de sempre, envolvendo 100 países nos mais diversos domínios (autoestradas, caminhos de ferro de alta velocidade, oleodutos e gasodutos, sistemas de comunicação, novas cidades, portos, etc.).

NA CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE, realizada no passado mês de fevereiro, o Presidente Macron manifestou-se publicamente "chocado pela falta de credibilidade do Ocidente nos países do Sul global". Alguém certamente lhe terá explicado que essa falta de credibilidade decorre de séculos de hipocrisia e de relações desiguais, de critérios duplos de avaliação de factos equivalentes, da proclamação e imposição de princípios e normas éticas com a reserva do privilégio de os violar sempre que isso seja conveniente. É bom notar que muitos dos países que se opõem a seguir os ditats do Ocidente não são anti-ocidentais, não são pró-russos e até condenaram a invasão da Ucrânia. Recusam-se apenas a dividir o mundo entre os bons e os maus, desejam o fim da guerra e, sobretudo, são pragmáticos, zelando pelos seus interesses nacionais. É esse o caso do Brasil e da Índia.

Por maiores que sejam as diferenças entre 1955 e hoje, se analisarmos com atenção os 12 pontos do plano de paz para a guerra Rússia-Ucrânia recentemente apresentado pela China, é fácil concluir que eles assentam nos princípios da coexistência pacífica que foram definidos em 1955:

1. Respeitar a soberania de todos os países;
2. Abandonar a mentalidade da guerra fria;
3. Cessar as hostilidades;
4. Recomeçar as negociações de paz;
5. Resolver a crise humanitária;
6. Proteger civis e prisioneiros de guerra;
7. Garantir a segurança das centrais nucleares;
8. Reduzir os riscos estratégicos;
9. Facilitar a exportação de cereais;
10. Pôr fim às sanções unilaterais;
11. Manter estável a cadeia industrial e de fornecimentos;
12. Promover a reconstrução pós-conflito.

Os acontecimentos verdadeiramente importantes para o futuro dos povos deixam marcas na memória coletiva e a cada passo ressurgem sob novas formas. É isto que está a acontecer com a Conferência de Bandung. ■